

INTRODUÇÃO: A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Regina Helena de Freitas Campos

A comunidade, seja geográfica – um bairro, por exemplo – ou psicossocial – por exemplo, os colegas de profissão – é o lugar em que grande parte da vida cotidiana é vivida. Entretanto, o conceito de comunidade utilizado pela psicologia social comunitária tem algumas características próprias, derivadas da própria forma como surgiu entre nós esta nova área de estudos. Sabemos que a prática científica não é imune aos movimentos sociais em cujo contexto se desenvolve, e a psicologia social comunitária não é exceção a esta regra.

Desde meados da década de 1960, no Brasil, a utilização de teorias e métodos da psicologia em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda, visando, por um lado, deselitizar a profissão, e, de outro, buscar a melhoria das condições de vida da população trabalhadora, constitui o espaço teórico e prático do que passamos a denominar a “psicologia comunitária”, ou “psicologia na comunidade” (Freitas, 1994). Bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos populares em geral foram os lugares em que tiveram início essas experiências de “psicologia comunitária”.

Mais recentemente, com a ampliação dos sistemas de saúde e educação pública no país, e o aumento do número de psicólogos trabalhando em postos de saúde, creches, instituições de promoção do bem-estar social, ou setores do sistema judiciário voltados para o cuidado de famílias e menores, enfim em instituições públicas que visam promover o desenvolvimento social, a psicologia social comunitária procura desenvolver os instrumentais de análise e intervenção relevantes para as novas problemáticas que se apresentam aos psicólogos.

Tipicamente, os trabalhos comunitários partem de um levantamento das necessidades e carências vividas pelo grupo-cliente,

sobretudo no que se refere às condições de saúde, educação e saneamento básico. A seguir, utilizando-se métodos e processos de conscientização, procura-se trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sociopolíticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados. A busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da psicologia social comunitária.

A perspectiva da psicologia social comunitária enfatiza:

– *em termos teóricos*, a problematização da relação entre produção teórica e aplicação do conhecimento: parte-se do pressuposto de que o conhecimento se produz na interação entre o profissional e os sujeitos da investigação. Utilizando-se a conceituação do papel dos intelectuais de Gramsci, pode-se dizer que os psicólogos atuando em trabalhos de psicologia social comunitária desempenham o papel de *intelectuais tradicionais*, na medida em que organizam o saber já constituído pela psicologia social, e se encarregam de transmiti-lo, mas visando a formação de *intelectuais orgânicos*, isto é, sujeitos capazes de sintetizar o ponto de vista da comunidade e de coordenar processos de transformação do instituído;

– *em termos de metodologia*, utiliza-se sobretudo a metodologia da pesquisa participante, na qual o pesquisador e os sujeitos da pesquisa trabalham juntos na busca de explicações para os problemas colocados, e no planejamento e execução de programas de transformação da realidade vivida;

– *em termos de valores*, os trabalhos de psicologia comunitária enfatizam sobretudo a ética da solidariedade, os direitos humanos fundamentais e a busca da melhoria da qualidade de vida da população focalizada. Ou seja, questiona-se a visão da ciência como atividade não valorativa, e assume-se ativamente o compromisso ético e político. Em termos éticos, busca-se trabalhar no sentido de estabelecer as condições apropriadas para o exercício pleno da cidadania, da democracia e da igualdade entre pares. Em termos políticos, questionam-se todas as for-

mas de opressão e de dominação, e busca-se o desenvolvimento de práticas de autogestão cooperativa (Bonfim, 1987).

Góis (1993) define a psicologia comunitária como “uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. [...] Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito”.

Em trabalho recente sobre a situação da psicologia social no Brasil, Bomfim observa o crescimento da área entre nós, e informa que “as atividades são, em sua grande maioria, constituídas por atuações em equipes multidisciplinares que estabelecem procedimentos práticos de acordo com a demanda social e possibilidades de ação” (Bonfim, 1994). As principais estratégias de ação detectadas foram: reuniões com os moradores para análise das necessidades e possíveis soluções, inclusive com o incentivo à formação de grupos de autogestão e à formação de recursos humanos da própria comunidade, e propostas de atividades específicas. Para que a formação de recursos humanos capazes de desenvolver e dar continuidade a projetos de melhoria da qualidade de vida seja viável, tem-se verificado a importância de fortalecer o envolvimento afetivo com os objetivos e programas de ação propostos. A promoção deste envolvimento tem sido feita exatamente através da busca de uma definição pela própria comunidade das prioridades de atuação. Neste sentido, o psicólogo atua mais como um analista-facilitador, que como um profissional que toma as iniciativas de solucionar os problemas. São centrais, portanto, nesta área de estudos, os conceitos que contribuem na análise da constituição do sujeito social, produto e produtor da cultura, e as metodologias de desenvolvimento da consciência.

Neste volume, estudos e reflexões sobre algumas dessas problemáticas específicas da psicologia social comunitária são apresentados ao leitor. Pioneira na delimitação conceitual da área na América Latina, Sílvia Tatiana Maurer Lane, professora de psicologia social no programa de estudos pós-graduados em psicologia

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, explica o surgimento da psicologia comunitária entre nós, durante os anos de 1970, como reação à opressão política e dominação econômica e ideológica que caracterizaram o período militar na região. Observa-se, nos relatos de experiências na área, a tentativa de promover, em comunidades populares, a crescente consciência da situação de opressão e a iniciativa de ações transformadoras autônomas que levassem em consideração a necessária vinculação entre condições objetivas de vida e processos psicológicos. A partir desses relatos, a autora busca definir os principais conceitos teóricos necessários ao trabalho do psicólogo em comunidade, e a evolução dos modelos de atuação no Brasil.

A seguir, Bader Sawaia, também lecionando no programa de estudos pós-graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, explora as origens do próprio conceito de comunidade na história do pensamento social. A autora analisa a evolução do conceito como contraponto ao avanço do senso individualista que caracteriza o capitalismo. Acompanhando as perspectivas que informaram a elaboração teórica da noção de comunidade na sociologia e na psicologia, Sawaia observa como, a partir de um ponto de vista totalitário, o conceito passa, no final do século XX, a incorporar o sentido da resistência à opressão e da luta pela cidadania plena.

Maria de Fátima Quintal de Freitas, docente do mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, acompanha a evolução do conceito de comunidade em psicologia a partir das representações e práticas dos psicólogos, e observa que a principal fonte de definição da área da psicologia comunitária, nos anos de 1960 e 1970, vinculava-se a práticas comprometidas com a perspectiva de libertação sociopolítica da população. Já no curso da década de 1980 e início dos anos de 1990, esta perspectiva se modifica, a partir de transformações no próprio sistema de saúde pública no país. Estas transformações se tornam mais evidentes a partir da própria mudança de denominação: a psicologia na comunidade passa à psicologia da comunidade, tomando como unidade de análise o grupo comunitário, e a psicologia comunitária, que toma como objeto de análise o sujeito construído sócio-historicamente.

Já Pedrinho Guareschi, professor no programa de pós-graduação em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, convida o leitor a compartilhar sua reflexão

sobre conceitos fundamentais da psicologia social comunitária, como os conceitos de relações sociais, relações de dominação e relações comunitárias, procurando demonstrar que é na comunidade que se estruturam as relações democráticas desejáveis.

Jacyara Nasciutti, professora no programa de pós-graduação em comunidades e ecologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, busca esclarecer as relações entre instituições e comunidades, de um ponto de vista psicossocial, e mostra como utilizar os conceitos da análise institucional na análise das instituições de saúde mental no Brasil.

Naumi Vasconcelos, também professora no programa de pós-graduação em comunidades e ecologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reflete sobre a relação entre qualidade de vida e habitação, focalizando especialmente o processo de ocupação do espaço urbano e da construção de hábitos comunitários em habitações urbanas, as relações corpo-casa, e seus impactos sobre as representações da qualidade de vida. Procura, assim, uma definição subjetiva de qualidade de vida, que possa ser incorporada, como contribuição da psicologia social, aos indicadores objetivos deste conceito.

Regina Helena de Freitas Campos, do programa de mestrado em psicologia social da Universidade Federal de Minas Gerais, trabalha sobre as relações entre comunidade, cultura e consciência. Busca, assim, refletir sobre como as teorias sobre os processos de construção do conhecimento produzidas pela psicologia social podem se aproximar das práticas da psicologia comunitária, sobretudo no que se refere à emergência dos processos de conscientização mencionados na literatura da área.

Esta coletânea espera contribuir para o desenvolvimento teórico da psicologia social comunitária, estabelecendo bases mais sólidas para os conceitos de interesse para estudantes e profissionais da área.

Referências

BOMFIM, E.M. "Psicologia social, psicologia do esporte e psicologia jurídica". In: ACHCAR, R. et al. *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

_____. "Comum, moderna, cidade". In: BOMFIM, E. & MACHADO, M. *Em torno da psicologia social*. Belo Horizonte, publicação autônoma, 1987.

FREITAS, M.F.O. *Psicologia comunitária: Professores de psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994 [Tese de doutorado].

GÓIS, César Wagner de Lima. *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

LANE, S.T.M. *Psicologia: Ciência ou política*. São Paulo: Educ, 1988.